

DE BAYEUX A LAON: RICARDO, O DESTEMIDO E A CONSTRUÇÃO
DE ALIANÇAS POLÍTICAS COM ESCANDINAVOS E FRANCOS

FROM BAYEUX TO LAON: RICHARD, THE FEARLESS AND THE
BUILDING OF POLITICAL ALLIANCES WITH SCANDINAVIANS AND
FRANKS

*Matheus Brum Domingues Dettmann*¹

Abstract: Since the beginning of the 10th century, medieval Normandy sought to align itself within two specific geopolitical contexts, the Scandinavian sphere and the Frankish or Carolingian world. Thus, these first Norman sovereigns tried to position themselves and act politically in both contexts in which they were inserted. Within this Norman policy of acting in both the Frankish and Scandinavian spheres, the search for alliances and the building of ties with Scandinavian leaders and other Frankish nobles will be an indispensable tool for this Norman political action. Thus, this article aims to analyze two specific moments in the life of Rouen's third Norman sovereign, Ricardo, the fearless. More specifically, we will deal with his passage and stay in his youth in Bayeux, and later in Laon. In this way we intend to demonstrate how his passage through these locations is not unreasonable, on the contrary, it is a way of building ties and important alliances in both geopolitical spheres in which Normandy is inserted, since Ricardo would be living with Scandinavian groups and leaders. in Bayeux and in the western Carolingian court in Laon.

Key-words: Normandy; Alliance; Scandinavian; Franks.

Resumo: Desde o princípio do século X a Normandia medieval buscou se alinhar dentro de dois contextos geopolíticos específicos, a esfera escandinava e o mundo franco ou carolíngio. Dessa forma, estes primeiros soberanos normandos intentaram se posicionar e atuar politicamente em ambos os contextos nos quais estavam inseridos. Dentro desta política normanda de atuar tanto na esfera franca quanto escandinava a busca por alianças e a construção de laços com líderes escandinavos e outros nobres francos será uma ferramenta indispensável para esta atuação política normanda. Assim, este artigo pretende analisar dois momento específicos da vida do terceiro soberano normando de Rouen, Ricardo, o destemido. De modo mais específico trataremos da passagem e estadia deste em sua juventude em Bayeux, e posteriormente em Laon. Pretendemos dessa forma demonstrar como sua passagem por estas localidades não é desproposita, pelo contrário se trata de uma forma de construir

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro do Laboratório de Teoria e História das Mídias Medievais (LATHIMM-UFRJ). Email: mb.dettmann@bol.com.br

laços e importantes alianças em ambas as esferas geopolíticas nas quais a Normandia se insere, uma vez que Ricardo estaria vivendo com grupos e lideranças escandinavas em Bayeux e na própria corte carolíngia ocidental em Laon.

Palavras-Chave: Normandia; Aliança ; Escandinavos; Francos.

Introdução

Em seu estudo sobre a chamada diáspora viking, Lesley Abrams aponta a importância neste tipo de pesquisa em buscar certos padrões entre as diferentes regiões ocupadas por imigrantes nórdicos no período da chamada Era Viking (Abrams, 2012). Dentro deste trabalho, a busca por características próprias dessa esfera escandinava acaba se tornando um fator diferencial para se concluir o quanto da presença e atuação escandinava são percebidos nestes assentamentos e assim o quanto desses elementos escandinavos se dispersou pelo mundo medieval.

Desse modo, a presença de aspectos como o uso de dialetos nórdicos, a sobrevivência da idealização de uma origem escandinava e de características socioculturais e políticas mantidas por estas comunidades, nas mais diversas regiões que se estabeleceram , acaba se tornando a escala para definir o quanto aquela região teve de influência dessa imigração nórdica (Abrams,2013, p. 45-47). Um estudo comparativo, por exemplo, destas regiões pode apontar resultados bastante similares a respeito dessa propagação escandinava.

Contudo, existem certas regiões onde esse estudo do elemento escandinavo pode levar a dúvidas e questionamentos. A Normandia, região norte do que é hoje a França, se insere neste contexto historiográfico. Essa Normandia medieval que tem sua origem traçada até a concessão de terras no rio Sena a um chefe escandinavo conhecido como Rollo. Isto leva ao estabelecimento desses nórdicos ou *nothmanni* em Rouen, o centro desta nova dinastia que surgia no mundo carolíngio, uma de origem escandinava.

Esta origem normanda nos leva a uma questão a ser analisada. Afinal, essa Normandia se origina da junção entre uma população franca e instituições carolíngias, já estabelecidas e

existentes nesta Nêustria, e de um elemento escandinavo representado por Rollo e seus companheiros que se estabelecem em Rouen. Estes escandinavos então trariam para a construção dessa Normandia costumes e aspectos socioculturais originários do mundo escandinavo que levariam ao surgimento do povo normando (Abrams, 2013).

Esta dupla origem normanda está no centro de algumas das mais importantes discussões historiográficas sobre a Normandia medieval. Pesquisadores e estudiosos disputam entre diferentes correntes para determinar com maior precisão qual seria a verdadeira natureza desta Normandia. Estaríamos falando de um típico principado franco do século X carolíngio ou, ao tratar da Normandia, nos referimos a um reino escandinavo implantado no mundo franco, como tantos outros estabelecidos durante as invasões nórdicas.

Esta disputa levou historiadores da Normandia medieval a se dividirem em duas correntes principais de interpretação. Uma defendida por nomes como Pierre Bauduin que enxerga nela a marca da continuidade e percebe a dinastia normanda como plenamente adaptada e anexada à esfera carolíngia (Bauduin, 2004). Para esta corrente os efeitos da presença escandinava na Normandia são mínimos e a realidade normanda se encaixa perfeitamente dentro desse contexto sociopolítico franco.

Outra corrente defende o rompimento com esse mundo carolíngio representado pela atuação destes escandinavos na região. Para autores como Lauren Breese, o elemento escandinavo é fundamental para a construção desta Normandia e não é possível entender os diferentes aspectos da sociedade normanda medieval dos séculos X e XI sem tomar como referência a existência destes elementos e sua atuação constante dentro da sociedade normanda (Breese, 1977).

Assim, nos estudos normandos a observação de características e sobrevivências que possam ser tomadas como elementos tipicamente escandinavos se torna determinante para definir a importância e o peso destes nórdicos para a construção desta Normandia. A existência destes elementos escandinavos ou não se torna o ponto principal para se definir essa essência normanda.

Para historiadores como Bauduin (2004) e Jean Yver (1969) a sobrevivência de instituições carolíngias dentro da Normandia indicaria como estes nórdicos foram rapidamente assimilados dentro do mundo carolíngio. O uso de estruturas carolíngias como o pagi como divisão administrativa e o uso feito pela dinastia normanda do sistema eclesiástico e da estrutura diocesana da antiga Nêustria, podendo destacar seu uso do arcebispado de Rouen, levam a interpretação de uma continuidade da realidade carolíngia sem grandes influências dessa população escandinava já fundida e adaptada a esse contexto franco sociocultural e político (Yver, 1969).

Esta corrente também se apoia na dificuldade para se encontrar achados arqueológicos escandinavos na região. Como foi tratado por Else Roesdhal, a busca por artefatos de origem escandinava na Normandia rendeu muito poucos frutos (Roesdahl, 2003). A peça mais destacada encontrada são broches ovais encontrados em um túmulo feminino de Pîtres achado em 1865 (Mazet-Harhoff, 2010). Como Roesdhal defende, a procura por achados arqueológicos escandinavos na Normandia ainda tem um caminho considerável a percorrer e problemas a enfrentar, como o fato de que vários sítios importantes ainda não foram escavados e a falta de pesquisas comparativas com outras regiões de presença nórdica. (Roesdahl, 2003).

De qualquer forma, a quase inexistência destes artefatos escandinavos no contexto normando leva aos defensores da linha da continuidade carolíngia a perceberem isso como um forte indicador da frágil presença escandinava na região e da pouca influência que a esfera escandinava teria na construção normanda. Diante destes resultados, qual seria a principal evidência dessa presença nórdica na região? Em que exatamente, além das fontes escritas, os historiadores defensores da ruptura escandinava se apoiam para defender uma essência escandinava dessa Normandia?

Uma das maiores evidências para a existência deste elemento escandinavo na região está no estudo toponímico, ou seja, nas marcas deixadas nos nomes de lugares, vilas e diferentes paisagens dentro desta Normandia. Como foi tratado por historiadores como Lucien Musset (1989), Lauren Breese (1977) e Lesley Abrams (2013), a sobrevivência destes

topônimos e tido como a principal evidência do peso e importância destes imigrantes escandinavos na Normandia, para além das fontes escritas. Podemos destacar exemplos como *Caldebec* (*Caudebec*) proveniente da junção do nórdico antigo *Kaldr* (frio) e *Bekkr* (córrego, riacho). Este exemplo está entre outras centenas de casos de nomes provindos de palavras de origem escandinava, tais como *toft*, *dalr*, *lundr*, *bekkr*, *haugr*, e *hólmr* (Abrams, 2013, p. 51).

Novas palavras foram criadas dentro dos dialetos franco-latinos por meio do uso de elementos nórdicos, como no caso de *dellage* proveniente do nórdico antigo *deill*. Da mesma forma palavras como *fiskigarðr* e *ark* eram bastante utilizadas em documentos latinos no século XI normando (Abrams, 2013, p. 52). Dessa forma, para Abrams (2013), a influência da língua nórdica na Normandia está além do período que se deixa de falar abertamente os dialetos nórdicos na região, mas sobrevive dentro do contexto normando até hoje, variando de lugar para lugar na Normandia.

Dentro desta busca por interpretar a Normandia como sendo franca ou escandinava, as ações políticas e instituições de poder adotadas pelos primeiros soberanos normandos também se configuram foco de análise. Assim as atitudes políticas destas lideranças também estão inseridas num contexto de debate se seriam típicas atitudes de soberanos carolíngios ou de lideranças nórdicas.

É importante, para realizar tal análise, estar ciente dos contextos geopolíticos nos quais essa Normandia está inserida e suas relações de poder além de suas próprias fronteiras. Como foi tratado por Musset, a Normandia está inserida em duas esferas sociopolíticas desse mundo medieval (Musset, 1958). Por um lado, ela faz parte deste mundo carolíngio franco e por outro deste contexto de influência e atuação escandinava.

Dessa forma, para Musset, os soberanos normandos se destacaram por estabelecer uma política dúbia de atuação no contexto geopolítico medieval. Essa Normandia apresenta duas faces distintas: Uma destinada ao contexto franco de atuação, ou seja, a imagem de um príncipe franco cristão, e a imagem de um chefe escandinavo para o contexto sociopolítico nórdico (Musset, 1958). Essa Normandia então buscará alianças e conexões tanto com a esfera

escandinava quanto com a esfera franca, resultando em uma entidade política que exerce poder e influência em ambas as esferas políticas medievais.

Estudar estas ações e alianças estabelecidas pelos soberanos normandos nos mundos franco e escandinavo também se configura um dos campos de estudos para compreender as ações normandas como próprias de soberanos francos ou lideranças escandinavas. Um exemplo disto é visto nas próprias considerações a respeito da expansão desta Normandia e da autoridade de Rouen. Para Lauren Breese o expansionismo normando é herdeiro de sua origem escandinava, sendo uma característica destes nórdicos que se estabeleceram na região (Breese, 1977). Porém, para David Bates o expansionismo normando pode ser entendido como característico da nobreza franca do norte francês no século XI, onde a presença escandinava exerce pouca influência (Bates, 1994).

Um dos principais objetos de análise para estas interpretações são as fontes escritas. Porém, quase não há fontes narrando essa trajetória normanda do próprio século X, quando essa Normandia se forma. Uma das fontes mais importantes deste século são os *Anais* de Flodoardo de Reims (894-966), que infelizmente tratam a história normanda como secundária em sua narrativa (Abrams, 2013, p. 45). A primeira grande construção narrativa sobre a história normanda feita sob encomenda pelos próprios normandos somente vai tomar forma no primeiro quarto do século XI com a obra *De moribus et actis primorum normanniae ducum*, ou também chamada de *Historia Normannorum* ou *Gesta Normannorum*, de Dudo de Saint-Quentin, o documento que será analisado neste artigo.

O texto de Dudo se divide em quatro partes principais. A primeira trata dos ataques escandinavos ao reino franco, em especial sobre os feitos de um líder escandinavo conhecido como Hastings. As outras três partes da narrativa de Dudo contam sobre a vida e o governo dos três primeiros soberanos normandos: Rollo; Seu filho Guilherme e, por fim, sobre Ricardo, o destemido (932-996), neto de Rollo. Este artigo foca seu estudo nas duas últimas partes do texto que abordam a vida de Guilherme I e Ricardo I da Normandia.

Também é importante destacar a forma como o texto de Dudo é apresentado. Como afirma Van Houts, a obra de Dudo é um dos primeiros textos no Ocidente medieval em forma de gesta para narrar a vida de príncipes seculares, sendo esse estilo mais utilizado para tratar de Papas, bispos e abades (Houts, 1981). Para a autora a gesta se distancia das biografias típicas, que buscam destacar as particularidades de seus personagens, na medida em que se concentra na conexão entre os personagens apresentados, ou seja, a posição ou título que sucederam (Houts, 1981).

Nesta realidade de determinar a natureza normanda como escandinava ou franca, a crônica de Dudo e a construção de sua narrativa se tornam peças importantes a serem estudadas. Este artigo se propõe a fazer um estudo de duas passagens específicas da *Historia Normannorum*. A primeira quando Ricardo, o destemido, o terceiro soberano da dinastia normanda, é enviado por seu pai para Bayeux para ser educado no dialeto nórdico e a segunda quando o rei franco ocidental Luís IV (920-954) leva este mesmo Ricardo para sua corte em Laon também para ser educado.

Este artigo se baseia em um estudo da obra de Dudo, porém através de uma análise crítica e contextualizada e buscando confrontar a *Historia Normannorum* com outras fontes, tanto com outros documentos textuais quanto com outras formas de fonte como estudos toponímicos e linguísticos. Esta opção foi tomada tendo em vista o estudo de pesquisadores da *Historia Normannorum* como Benjamin Pohl (2015) e o debate provocado pela reabilitação do texto de Dudo como uma fonte de pesquisa histórica.

Além disso, é importante salientar que esta pesquisa é realizada no âmbito de uma História política, porém não buscamos realizar uma História Política aos moldes da historiografia do século XIX pautada nos grandes eventos e tão criticada pela academia. Este artigo busca se posicionar dentro de uma Nova História Política, realizando um estudo da geopolítica e das relações de poder dessa Normandia através da análise de objetos de estudo como parentesco, educação e linguagem. Deste modo, intentamos fazer um estudo que

contemple também o valor e significado político de aspectos tidos como socioculturais desta sociedade normanda.

O objetivo deste artigo é definir o valor político destas duas passagens da vida de Ricardo dentro de uma realidade normanda de posicionamento ativo dentro das esferas políticas franca e escandinava. Assim, como a estadia de Ricardo em Bayeux e posteriormente em Laon refletem nas próprias questões de poder e relações políticas estabelecidas por estes normandos com as duas esferas nas quais estão incluídos.

Desse modo, este artigo analisa estas duas passagens da obra de Dudo onde Ricardo é usado como uma ferramenta política para a construção destas alianças da casa de Rouen, no primeiro caso junto a lideranças escandinavas e no outro junto ao rei franco. Assim pretendemos decifrar a natureza da passagem de Ricardo por Bayeux e Laon e qual sua posição nestes dois casos, mas acima de tudo como sua estadia em Bayeux e Laon exerce influência e por quais meios impacta nas relações normandas com francos e escandinavos e em sua atuação nestas duas esferas geopolíticas, além de procurar entender qual a posição de Ricardo em Bayeux e Laon e como esta situação pode ser entendida no contexto escandinavo e franco.

Ricardo entre os escandinavos da Baixa Normandia

Em um primeiro momento, como já foi dito, segundo a narrativa de Dudo Ricardo é enviado para Bayeux. Dudo conta que Guilherme, Longa-Espada, pai de Ricardo e filho de Rollo, envia Ricardo aos cuidados de certo Botho para Bayeux com a justificativa que a cidade de Rouen usaria mais o romano (franco-latino) que a eloquência dácia (nórdico), enquanto Bayeux usava mais frequentemente a linguagem dácia que o romano (Dudo de Saint-Quentin, *De moribus et actis primorum normanniae ducum*, 51). Dessa forma Guilherme deseja que seu filho seja criado em Bayeux para que possa aprender o nórdico de modo a poder discutir fluentemente com os próprios habitantes da Dácia, ou seja, Escandinávia (Dudo de Saint-Quentin, *De moribus et actis primorum normanniae ducum*, 51). A passagem em si pode ser lida abaixo:

Quoniam quidem rotomagensis ciuitas Romana potius quam dacisca utitur eloquentia, et baiocacensis fruitur frequentius dacisca língua quam romana; uolo igitur ut ad baiocacensia deferatur quantocius moenia et ibi uolo ut sit, Botho, sub tua custodia; et enutriatur et educetur cum magna diligentia, fruens loquacitate dacisca, eamque discens tenaci memória, ut queat sermocinari profusius olim contra dacigenas (Dudo de Saint-Quentin, *De moribus et actis primorum normanniae ducum*, 51).

Esta passagem traz duas importantes revelações. Primeiro uma suposta sobrevivência da língua nórdica em Bayeux, onde seria largamente utilizada, e a perda de uso desta linguagem em Rouen. Porém, podemos realmente confiar no texto de Dudo nesta passagem? A obra de Dudo já sofreu diversas críticas de autores como Bates (1982) que questionaram o valor histórico da *Historia Normannorum*.

Como lembra Fraser McNair, a crônica é criticada por além de se tratar de um relato posterior aos acontecimentos teria maior preocupação literária que de registro historiográfico (McNair, 2015, p. 318-319). Entretanto autores como Pierre Bouet buscam reabilitar a validade de Dudo como um relato de valor histórico a ser estudado (Bouet, 2014). Além disso, o fato de Dudo ter atuado como diplomata na corte de Ricardo e ter tido como relator para seu trabalho o próprio meio irmão de Ricardo, Raul de Ivry, fazem da obra de Dudo uma peça de grande importância para se analisar o governo deste soberano normando (McNair, 2015, p. 319-322).

Dito isso, se torna necessário certos cuidados ao lermos a *Historia* de Dudo. Baseado nesta premissa que Elisabeth Ridel escreve seu texto “A-t-on vraiment parlé la « langue danoise » à Bayeux vers 940 ? Une relecture de Dudon de Saint-Quentin”, um estudo que busca determinar a confiabilidade do registro de Dudo ao afirmar que se falava o nórdico (dácio) em Bayeux (Ridel, 2002). Como Ridel (2002) aponta, seu artigo se dedica a apresentar evidências que possam confirmar ou negar a afirmação de Dudo, procurando definir a credibilidade desta passagem.

Para Ridel o primeiro problema está na interpretação desta passagem. Se tomarmos como uma declaração de que não se falava mais a língua nórdica na região do Sena, ou seja, a região de Rouen da Alta Normandia, então esta afirmação está errada. A língua nórdica se mantém no Sena até um período bem posterior, confirmado pela presença do escald de Olavo

Haraldson (995-1030) na corte de Ricardo II (963-1026) já no século XI (Ridel, 2002). Para Bates a afirmação de Dudo é uma tentativa de diferenciar a dinastia de Rouen dos outros escandinavos de seu tempo (Bates, 1982).

Contudo, podemos interpretar esta afirmação de outra forma. Como foi apontado por Eleanor Searle, ao tratarmos desta primeira Normandia estamos lidando com um conjunto de diferentes líderes e grupos de escandinavos lutando e estabelecendo alianças entre si, dentre os quais a dinastia de Rouen é somente um destes agrupamentos (Searle, 1988). Deste modo, se unirmos a proposta de Searle com a corrente de Bauduin podemos chegar a uma conclusão de que o que ocorre com a dinastia de Rouen não necessariamente é o mesmo para estes demais assentamentos escandinavos. A proposta de Bauduin (2004) de uma rápida assimilação e adoção das instituições carolíngias pode ser uma realidade específica dos nórdicos de Rouen e do Sena. Assim, o relato de Dudo ao dizer que Rouen se utiliza mais da língua romana que do dácio seria um registro da preferência da dinastia de Rouen por adotar os costumes e estruturas carolíngias.

Contudo, como foi dito, o nórdico não desaparece de Rouen. Isso pode estar relacionado a ideia proposta por Musset ao analisar os casos da Normandia e da Nortúmbria no Norte do que é hoje a Inglaterra (Musset, 1958). Para o autor ambos os territórios conquistados e governados por uma elite escandinava imigrante convergiram para a divisão de seus interesses políticos em duas facções, desse modo para alguns membros desta elite política seria mais vantajoso buscar alianças e suporte junto a outras comunidades escandinavas enquanto para outro grupo seria preferencial se integrar e buscar alianças com as comunidades pré-existentes nas regiões ocupadas (Musset, 1958).

Podemos ver esta divisão tanto numa esfera mais ampla, ao analisarmos as diferentes comunidades escandinavas da Alta e Baixa Normandia, quanto em um contexto mais reduzido observando somente a região do Sena. Porém, e sobre a região de Bayeux? Realmente podemos afirmar que o nórdico era falado na região de Bessin (Bayeux). Para Lauren Breese a presença escandinava em Bayeux seria muito dispersa, refletido pela falta de concentração de

topônimos escandinavos (Breese, 1977). Porém, se apoiando em um estudo de Musset de micro topônimos em Bessin, além da sobrevivência de expressões e palavras da região com origens escandinavas levam Ridel conclui que provavelmente o nórdico seria falado em Bayeux no período (Ridel, 2002).

Entretanto, outra questão pode ser levantada. Por que Bayeux? Por que enviar seu herdeiro para estudar o nórdico na Baixa Normandia quando ele poderia aprender a língua na própria região do Sena? Para Frederick Amory a região de Bayeux se converteria em um lugar para onde a nobreza normanda seria enviada para aprender o nórdico em “escolas” próprias, além de ser normal para filhos de nobres serem enviados para serem educados sob os cuidados de outros nobres (Amory, 1979). Para este autor a passagem de Ricardo em Bayeux seria não somente para aprender o idioma, mas a eloquência própria dos falantes do nórdico (Amory, 1979).

Sem questionar a importância da qualidade da educação de Ricardo pretendida por seu pai, não parece que a escolha de Bayeux se limite a uma decisão pedagógica. Pelo contrário, como foi tratado por Adam Kosto em seu estudo sobre os reféns na Idade Média, o ato de se colocar ou ser entregue sob a custódia ou tutela de um terceiro está intimamente interligado a outras questões, de ordem econômica, social e mesmo política (Kosto, 2012). Seja para garantir negociações privadas ou grandes tratados entre reinos, a troca e garantia de reféns se fazia presente como uma importante ferramenta diplomática de atuação política (Kosto, 2012). Da mesma forma, enviar seu filho a Bayeux é uma decisão política que somente pode ser entendida se conhecermos o contexto dessa Baixa Normandia.

Como foi abordado por Mark Hagger, a historiografia tradicional parece ter tomado como verdade que o ducado normando se construiu a partir de três concessões de terras feitas pelos reis francos ocidentais Carlos III e Raul I e que desde as décadas de 920 e 930 a autoridade de Rouen seria absoluta sobre toda a região do que é hoje a Normandia (Hagger, 2012). Esta afirmação tem sido fortemente questionada por autores como Eleanor Searle (1988) e David

Bates (1982) que afirmam que o domínio de Rouen na região se desenvolveu de modo muito mais gradual.

Este equívoco é provocado em função da própria narrativa de Dudo. Ao escrever em um período onde o domínio de Rouen já está consolidado, e a figura do ducado normando como conhecemos já existe, Dudo busca em seu relato construir a imagem de que este ducado com todo seu território de abrangência existe desde os tempos de Rollo com o mesmo tamanho que apresenta no tempo de Ricardo II (Hagger, 2012). Assim, para o texto de Dudo os soberanos de Rouen controlaram desde o início a Alta e Baixa Normandia.

De fato como aponta Hagger, a busca por dominar a Baixa Normandia controlada por chefes escandinavos e que era alvo de constantes novas ondas de imigração de escandinavos e lideranças independentes se configurou uma das grandes pretensões dos primeiros soberanos normandos (Hagger, 2012). Para David Crouch as concessões e incentivos por parte de Raul I para Guilherme, Longa-Espada para seu avanço na região seriam uma estratégia para reforçar o poder régio carolíngio em uma região fora de sua esfera de influência. Assim Raul incentiva Guilherme, seu vassalo próximo, a conquistar a Baixa Normandia e a Bretanha sob domínio de lideranças nórdicas (Crouch, 2002, P. 8-12).

Segundo Crouch, Guilherme teria obtido importantes vitórias e conseguido a submissão de Bessin e da península de Cotentin, chegando a estabelecer seu domínio até as terras da Bretanha, confirmado por moedas encontradas ao sul de Monte Saint-Michel descrevendo ele como duque dos bretões (Crouch, 2002, P. 10-12). Como afirma Crouch, é provável que muitos destes grupos escandinavos tenham aceitado livremente se aliar a Guilherme (Crouch, 2002, p.11-13). Porém o uso de violência e a guerra também parecem ter sido presentes em sua campanha para submeter estes escandinavos. Inclusive estes confrontos podem ser percebidos na própria obra de Dudo.

Dudo conta como certo escandinavo chamado Rioulf desafia Guilherme pelo poder (Dudo De Saint-Quentin, *De moribus et actis primorum normanniae ducum*, 37-39). Embora Dudo afirme que Rioulf seria um vassalo rebelde de Guilherme, é possível que na verdade ele fosse

uma das lideranças submetidas por Guilherme na região por meio da guerra, embora o relato não especifique se seria uma das lideranças nórdicas da Baixa Normandia ou da Alta Normandia que Guilherme buscaria submeter.

O relato também afirma como a revolta dos normandos de Rioulf se daria por uma aproximação excessiva de Guilherme da nobreza e costumes francos, o que leva Bernardo, o dinamarquês, conselheiro de Guilherme, a convencê-lo a lidar com Rioulf sem o apoio dos francos, apenas com seus normandos (Dudo de Saint-Quentin, *De moribus et actis primorum normanniae ducum*, 37-39). De certa forma a narrativa de Dudo reforça a ideia dos agrupamentos escandinavos guerreando entre si, onde o ato de pedir auxílio aos francos seria tomado como vergonhoso.

Entretanto, embora Guilherme tenha estendido seu controle na região é difícil afirmar que o domínio de Rouen a Oeste seria efetivo. Isso é reforçado pelo fato de que o controle de Rouen se perde a Oeste com a morte de Guilherme. Como lembra Abrams, é provável que as negociações entre nórdicos na região tenha se dado principalmente pelo uso da guerra e em alianças forjadas por acordos orais e juramentos feitos com estes chefes nórdicos (Abrams, 2013, P. 60-65). De fato, falta a conquista de Guilherme o uso de estruturas mediadoras e legitimadoras carolíngias nas quais seu filho, Ricardo, baseará a reconquista da região posteriormente.

Porém, o que podemos afirmar sobre estas alianças de Guilherme com comunidades escandinavas e como isto se reflete em enviar seu filho para Bayeux? Para pensar numa resposta devemos ver além das estruturas políticas carolíngias. Neste ponto o duplo posicionamento de Rouen se destaca. Guilherme que se esforça para se colocar como um nobre carolíngio legítimo e cristão, exercendo uma forte atuação no mundo geopolítico franco e construindo sua imagem de um príncipe cristão carolíngio e, ao mesmo tempo, atua politicamente como uma liderança escandinava dentro do contexto nórdico, fazendo uso inclusive de ferramentas e instituições diplomáticas desse mundo nórdico.

Qual seria o valor de Ricardo ser mandado para Bayeux? Qual exatamente seria a posição de Ricardo? Podemos dizer que Ricardo seria um refém para garantir a confiança dos nórdicos da região e servir como garantia de paz diante de possíveis negociações e alianças forjadas por Guilherme com estes grupos? O uso de reféns como garantia de tratados e acordos não é algo fora do comum para a realidade medieval, e como foi tratado por Kosto era uma prática verificada entre os mais distintos povos (Kosto,2012). Inclusive observamos casos de troca de reféns entre francos do reino carolíngio e escandinavos.

Para além de uma forma de garantia pragmática o uso de reféns tinha um forte significado simbólico. Este é um dos motivos porque, segundo Kosto, durante as campanhas francas contra os saxões, os francos continuaram a exigir reféns a cada acordo firmado com os saxões, mesmo estes tendo se rebelado e abandonado seus reféns diversas vezes. Receber essa garantia de reféns era um ato simbólico de submissão importante para a construção da imagem dos soberanos francos (Kosto, 2003).

Em seu estudo Stefan Olsson (2019) busca analisar de modo mais específico a questão dos reféns no mundo nórdico. Para o autor a troca de reféns não estava somente atrelada a garantia de acordos e negociações de paz e nem somente ao simbolismo de submissão. Dentro destas comunidades escandinavas, segundo Olsson, a troca de reféns seria uma prática ritualística do estabelecimento de laços de amizade e construção de alianças (Olsson, 2019). Dessa forma a troca de reféns pode exercer o fator de ligar e conectar indivíduos de uma forma mais aprofundada.

Olsson procura enxergar um valor religioso referente a esta prática para construção de alianças. Em seu trabalho o autor inclusive analisa a própria construção da paz entre os deuses Æsir e Vanir por meio da troca reféns (Olsson, 2019). Desse modo a criação desses laços de companheirismo e amizade por meio da troca de reféns seria um ritual de conotação religiosa dentro destas comunidades.

Ricardo ser um refém entre os nórdicos de Bessin, não somente como garantia prática das negociações firmadas por seu pai, mas como meio de construir laços e consolidar alianças

de amizade e companheirismo entre Guilherme e os escandinavos na região parece uma opção viável para explicar o papel do jovem Ricardo em Bayeux. Porém, essa afirmação leva a uma questão, a do desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

Como foi tratado tanto por Kosto (2012) quanto por Olsson (2019), o ato da troca de reféns era um acontecimento político, onde diferentes poderes negociavam entre si. Desse modo era habitual que dependendo das diferenças de forças entre as partes participantes os termos das negociações iriam variar. Se fosse uma negociação entre iguais, o mais correto seria uma troca de reféns entre as partes. Por outro lado, salvo algumas exceções, quando ocorre uma negociação entre forças desiguais era mais comum o menos poderoso conceder reféns ao mais poderoso em uma garantia unilateral de reféns (Kosto, 2012).

Neste ponto que a posição de Ricardo como refém pode causar questionamentos. Guilherme teria entregado seu filho e herdeiro como refém a este grupo de escandinavos sem exigir reféns deles em troca. Guilherme, uma liderança acostumada ao uso de reféns como marcas de submissão pelos francos, iria compactuar com este ato de submissão frente a Bayeux?

Obviamente não podemos excluir totalmente a possibilidade de Dudo somente não registrar a presença de jovens escandinavos vindos de Bessin na corte de Rouen. Em seu relato que considera a região apenas uma parte do domínio de Guilherme, receber tais homens em sua corte não pareceria uma situação inusitada. Além disso, qualquer referência a situação de Ricardo em Bayeux como refém não será encontrada no relato de Dudo, que se limita a dizer que ele foi enviado a Bessin para aprender a língua nórdica.

Essa questão nos leva a outra possibilidade. Podemos buscar uma resposta por meio do conceito de *kinship*, ou seja, por laços de parentesco. Como já foi tratado por Régine Le Jan o conceito de família no período medieval é algo mais amplo do que pode ser pensado nos dias de hoje (Le Jan, 1995). Analisando o caso franco, a autora percebe essa família como uma base nuclear na qual se atrela um grupo muito mais vasto de pessoas, unidas ou não por laços sanguíneos (Le Jan, 1995).

Além dos parentes de sangue, seguidores, servos, aliados e outros grupos de pessoas podiam ser anexados a um desses grupos familiares. Estes agrupamentos eram formados por laços de solidariedade e pertencimento tanto verticais quanto horizontais. Le Jan destaca ainda a influência da crescente hierarquização da sociedade franca no período carolíngio sob estes agrupamentos (Le Jan, 1995). A família estava ligada às questões de poder também e a união de linhagens por meio de matrimônios era uma ferramenta política de fortalecimento e expansão destas famílias.

Essa questão de grupos de parentesco no caso normando foi tratado de modo particular por Searle (1988). Para a autora essa Normandia de Guilherme, e posteriormente de Ricardo, se refere a uma região dividida em agrupamentos escandinavos de parentesco, ou seja, grupos formados por um núcleo de liderança que atrela indivíduos a eles e entre si por meio de laços e alianças de parentesco (Searle, 1988). Desta forma, esses grupos de parentesco tentaram expandir seu território de domínio e influência predando uns aos outros e por meio da construção de alianças que ligassem estes grupos entre si.

Uma forma de se forjar estas alianças era a união conjugal. O casamento entre membros de diferentes grupos familiares não era somente uma forma de se construir tratados de paz entre estes grupos, também era uma forma de conectar e atrelar essas diferentes famílias entre si por meio de laços de parentesco. Para Searle, Este artifício é utilizado pelo próprio Ricardo ao se casar com Gunora (950-1031), uma mulher filha de uma das lideranças escandinavas da Baixa Normandia (Searle, 1988). Ao se casar com Gunora Ricardo pretende unir e conectar de forma mais efetiva e profunda estas lideranças nórdicas a Oeste com a própria casa de Rouen por meio destes laços familiares. Um passo importante na consolidação da autoridade de Rouen na região.

Dentro do contexto nórdico, de modo mais específico, Helle Vogt procura tratar o conceito de parentesco dentro da realidade escandinava (Vogt, 2010). Para Vogt, diferente do que se possa pensar, a questão do parentesco no mundo nórdico pode se apresentar como algo bem mais fluido. O parentesco não é somente constituído por laços sanguíneos herdados, mas

também pode ser usado como um instrumento político de acordo com a realidade enfrentada. Deste modo, indivíduos podem ser excluídos ou incluídos dentro de um grupo familiar (Vogt, 2010, p. 9-14).

Porém, mesmo diante desta flexibilização, não podemos menosprezar o efeito de tais laços dentro do mundo escandinavo. Analisando o caso islandês, Vogt percebe como estes vínculos tinham uma profunda influência na realidade política, econômica, social e mesmo jurídica desta sociedade. Além disso, tais laços estão intimamente ligados a certos atos sociopolíticos dentro desta esfera. Um destes atos é a vingança. Se vingar pelo assassinato de um parente pelo uso da violência parece uma realidade dentro desta sociedade que influencia fortemente mesmo a esfera jurídica (Vogt, 2010).

Contudo, podia ocorrer de estes laços se confrontarem com outras formas de vinculação como aliança de amizade, nestes casos se percebe como pode ser difícil distinguir entre laços de amizade e de parentesco neste contexto. Assim como laços de amizade e companheirismo são criados, laços e vínculos de parentesco também poderiam ser construídos a partir de necessidades sociopolíticas.

Uma das formas de forjar estes laços era através do casamento, que servia para unir estes grupos familiares. Outra forma foi bastante abordada por William Ian Miller em seu estudo das sagas islandesas, é o chamado *fosterage*, ou seja, a criação de crianças (Miller, 2009). Dentro destas comunidades parece ter sido uma prática vigente enviar crianças para serem criadas e educadas nas casas de outras famílias. Como conta Miller, o ato de uma criança de maior status político ser criada por uma família menos importante e poderosa não seria uma prática anormal (Miller, 2009, P, 170-175). Tanto este caso quanto crianças enviadas para serem educadas com famílias equivalentes ou mais influentes que a sua família biológica também ocorriam.

Este ato não servia somente para educar a criança, mas também para atrelar a criança e a família que acolhia, além da própria família biológica da criança, através de laços de parentesco tão reais quanto os vínculos de sangue. Como Miller demonstra, tais laços são

reais e tem um grande peso dentro desta sociedade islandesa, representado em diversas passagens nas sagas (Miller, 2009, P. 170-175). Essa criação de crianças forjava vínculos e laços profundos que atrelava e conectava a criança e sua família biológica à família que a recebia tanto quanto as políticas de casamento.

Dessa forma, podemos dizer que Guilherme enviou seu filho para ser criado em Bayeux como um ato de atrelar e vincular estes agrupamentos familiares nórdicos em Bessin à casa de Rouen. É uma possibilidade que se mostra bastante viável, em especial ao analisarmos certas passagens das próprias crônicas normandas.

Como relata Dudo, Guilherme teria recebido um pedido de ajuda de Herluin de Montreuil, o que o teria levado a uma guerra contra o conde Arnulf de Flandres (Dudo de Saint Quentin, *De moribus et actis primorum normanniae ducum*, 43-47). Após uma suposta negociação de paz, Guilherme é assassinado sob ordens de Arnulf. Depois de certos acontecimentos que serão melhor tratados posteriormente neste artigo, Ricardo é enviado para longe da Normandia e os francos intentam dominar a região. Neste contexto, os normandos pedem apoio a um rei escandinavo de nome Haigrold ou Harald que pelo amor a Ricardo, veio lutar pelos normandos (Dudo de Saint Quentin, *De moribus et actis primorum normanniae ducum*, 59-63).

Dudo, ao definir a relação de Ricardo e Harald usa o termo *propinqui*. De acordo com o estudo de Constance Brittain Bouchard, o termo aparece em documentos latinos medievais como indicativo de parente e representando laços de parentesco (Bouchard, 2001, p.5-6). Neste caso não nos referimos a parentesco de sangue propriamente, mas a versão estendida de família e a fazer parte de um mesmo grupo de parentesco, que como foi visto anteriormente não se limita a laços de sangue. Para a autora, o termo parece se encaixar bem para representar laços de parentesco difíceis de definir ou mais distantes, desse modo esse termo mais genérico parece correto para definir a relação de Ricardo com o líder nórdico de Bayeux. Parece claro no relato de Dudo que Ricardo faria parte do grupo familiar de Harald.

Não somente o próprio Harald, mas os homens de Bessin e Contentin, ou seja, da Baixa Normandia, o acompanham por amor ao menino Ricardo. Além disso, Dudo conta como durante um encontro entre esses nórdicos e os francos, os homens liderados por Harald se exaltam e matam o conde Herluin de Montreuil, o culpando pela morte de Guilherme, a quem eles desejavam vingar (Dudo de Saint Quentin, *De moribus et actis primorum normanniae ducum*, 59-63). Em outro momento é dito diretamente por Bernardo de Senlis a Hugo, o grande, que Ricardo seria parente (*propinquum*) de Harald (Dudo de Saint Quentin, *De moribus et actis primorum normanniae ducum*, 59-63).

Sobre a figura de Harald em si, Dudo relata que Harald seria um rei da Dácia, ou seja, da Escandinávia. Posteriormente Guilherme de Jumièges escreve dizendo que Harald seria um rei dinamarquês exilado que teria sido acolhido em Cotentin onde Guilherme, Longa-Espada, o recebeu com as devidas honras e o permitiu ficar (Guilherme de Jumièges, *Gesta Normannorum Ducum*, 52). Embora Jumièges tente associar este Harald com o rei da Dinamarca Haroldo Dente-Azul, o que não parece viável, Harald ser uma liderança nórdica estabelecida na Baixa Normandia parece provável. O próprio Flodoardo de Reims menciona que Bayeux neste momento estaria sobre o controle de um nórdico chamado Harald que lutaria contra os francos (Flodoardo de Reims, *Anais*, 945).

O relato de Jumièges também reforça o desejo de Harald em vingar o assassinato de Guilherme, que leva a morte de Herluin e seu irmão Lamberto durante o encontro diplomático entre escandinavos e francos (Guilherme de Jumièges, *Gesta Normannorum Ducum*, 52). Embora Jumièges não se utilize da palavra parente como Dudo, mas prefira ligar Harald e Guilherme por laços de amizade (*amici*), um vínculo que como vimos pode ser tomado como indicador de pertencimento a um mesmo grupo familiar e que muitas vezes se confunde com laços de parentesco. O vínculo entre eles é expresso e reforçado pelo grande desejo de vingança de Harald e seus homens.

O termo parente utilizado por Dudo pode se entendido como somente uma forma de vincular os normandos aos escandinavos, reconhecendo que eles teriam a mesma origem

sanguínea nórdica como um todo? Não parece ser o caso por duas razões. Mais adiante na narrativa, Ricardo se alia novamente com escandinavos, desta vez para enfrentar o rei franco Lotário I (941-986) e o conde Teobaldo de Blois (Dudo de Saint Quentin, *De moribus et actis primorum normanniae ducum*, 79-82). Nesta passagem nenhum laço de parentesco entre Ricardo e os nórdicos é relatado.

Além disso, como foi defendido por Musset, os nórdicos apresentam um valor totêmico no relato de Dudo (Musset, 1958). Os nórdicos ao qual o povo normando está conectado e dos quais sua identidade é construída são os escandinavos do passado, ou seja, Rollo e seus homens que se estabeleceram na Normandia. Dudo não se preocupa em vincular os normandos aos reinos escandinavos existentes em seu próprio tempo. Esta medida está inserida em uma tendência da corte de Ricardo II (na qual Dudo escreve) de buscar a diferenciação entre os nórdicos que formaram e deram origem a Normandia e outros escandinavos da Dinamarca, Noruega, entre outros verificados em seu tempo (Musset, 1958).

Estas passagens reforçam a ideia de um vínculo de parentesco entre Harald e Ricardo, e entre seus nórdicos da Baixa Normandia e Rouen. Tudo isso leva a crer na possibilidade de que a passagem de Ricardo por Bayeux ser uma ferramenta fundamental nesta construção de laços e vínculos que atrelam os nórdicos da região a casa de Guilherme, reforçando os laços de amizade e as alianças forjadas por ele com as populações nórdicas locais. Enviar seu filho para ser criado em Bayeux parece ter sido uma forma de atrelar estes grupos familiares à dinastia de Rouen.

Ricardo na Corte Carolíngia

Como conta Dudo, após o assassinato de seu pai, Ricardo teria sido trazido para Rouen (Dudo de Saint Quentin, *De moribus et actis primorum normanniae ducum*, 52-54). O rei Luís IV da Francia Ocidental, suserano de seu pai Guilherme, se encontrou com Ricardo em Rouen. Segundo Dudo, após o rei enfrentar uma revolta da população de Rouen, por intentar fazer Ricardo seu prisioneiro, Luís confirma a posse de Ricardo sob as terras de seu pai, ou seja, a Normandia (Dudo de Saint Quentin, *De moribus et actis primorum normanniae ducum*, 52-54).

Após confirmar as posses de Ricardo, o rei manifestou o desejo de levar Ricardo para sua corte em Laon para ser educado. O rei teria afirmado que Ricardo obteria muito mais conhecimento sobre várias coisas sendo educado na corte real que em seu próprio domínio (Dudo de Saint Quentin, *De moribus et actis primorum normanniae ducum*, 52-54). Ricardo é então levado a Laon. Em Laon, influenciado por Arnulf de Flandres e seus próprios conselheiro, o rei faz de Ricardo um prisioneiro para garantir seu domínio sobre a Normandia (Dudo de Saint Quentin, *De moribus et actis primorum normanniae ducum*, 54).

O cativo de Ricardo em Laon não é relatado na obra de Flodoardo, que como já foi dito trata os acontecimentos da Normandia como secundários. Porém, é contado nos *Anais* que após a morte de Guilherme, Luís confirma as posses de Ricardo (aqui referido como o filho de Guilherme com uma concubina bretã) como herdeiro de seu pai (Flodoardo de Reims, *Anais*, 943). Depois disso, Luís aponta Herluin de Montreuil para governar Rouen. O fato de Ricardo não ser mencionado nestas disputas iniciais sobre o caso normando, mesmo depois de ter sido confirmado como soberano da região, e Luís confiar Rouen a um de seus homens de confiança pode indicar que realmente Ricardo estaria sob a custódia de Luís em Laon. O cativo de Ricardo também é narrado na obra de Jumièges (Guilherme de Jumièges, *Gesta Normannorum Ducum*, 46-52).

Segundo Dudo, Ricardo teria sido libertado de seu cativo com a ajuda de Osmund, homem de confiança de seu pai a quem ele confiara a guarda de Ricardo (Dudo de Saint Quentin, *De moribus et actis primorum normanniae ducum*, 55). Osmund teria levado Ricardo ao castelo de Coucy e para a custódia de seu tio, Bernardo de Senlis. Bernardo teria uma participação ativa em restaurar Ricardo a seu pleno domínio em Rouen e em construir uma aliança entre Ricardo e Hugo, o grande.

Sobre a passagem de Ricardo em Laon, não parece incomum que os filhos de grandes nobres do reino franco fossem educados na corte carolíngia. Como afirma Matthew Innes, após o declínio da educação institucionalizada na Gália dos séculos V e VI, a prática de enviar jovens do sexo masculino próximos adolescência para serem educados junto a um poderoso

patrono se tornou a norma e os filhos dos aristocratas tendiam a serem mandados a corte merovíngia (Innes, 2003).

Pepino (714-768), o primeiro monarca carolíngio, herdou esta prática, fazendo seus filhos serem educados na corte junto de outros jovens, parentes e filhos de aliados políticos. Para Innes, as fontes deixam claro que essa prática de jovens aristocratas sendo trazido para serem educados na corte se manteve durante o século X carolíngio (Innes, 2003). A educação destes aristocratas passava por uma ampla gama de conhecimentos, mas também tinham peso na construção de sua masculinidade e objetivava prepará-los para exercer suas funções futuras (Innes, 2003).

Nessa ótica a afirmação de Luís de que Ricardo iria ser instruído na eloquência e solucionar assuntos problemáticos que surgissem reforçam a ideia de uma instrução destinada a prepará-lo para seu futuro governo. Desse modo, o caso de Ricardo não parece destoar de outros jovens aristocratas carolíngios. A diferença se encontra no possível cativo posterior de Ricardo.

Sobre a natureza da estadia de Ricardo em Laon. Embora se pareça com a posição de um refém, esta perspectiva pode não ser correta. Como afirma Kosto, a situação de aristocratas enviados para serem educados na corte não era referida como a de reféns, mas referidas como *commendatio* (Kosto, 2012, P.72-76). Kosto percebe uma grande diferença entre essas duas formas de custódia (Kosto, 2012, P.73-75). Para isso ele cita o exemplo de Guilherme da Septimania enviado para ser educado na corte de Carlos, o calvo. Se a posição de Guilherme era a de um refém, para garantir a fidelidade de seu pai, o fato de Guilherme ter sido mantido ileso mesmo após a traição e execução de seu pai confirma que seu propósito na corte poderia ser diferente (Kosto, 2012, P.72-76).

De fato, parece que um grande objetivo da *commendatio* era a criação de vínculos e laços entre o soberano e os aristocratas de seu reino. Kosto inclusive a diferencia da chamada *commendatio* “feudal” que envolvia a confirmação das posses de um aristocrata por meio de um ritual de fidelidade para com seu suserano (Kosto, 2012, p.74). De muitas formas esta

política se aproxima da ideia de expansão e conexões entre diferentes grupos familiares que observamos no caso nórdico. Assim, podemos ver um soberano normando que cria e forja importantes laços tanto com lideranças escandinavas como com outros grandes da França.

Porém, como foi dito antes, logo a passagem de Ricardo em Laon se converteria em um cativo. Mais uma vez, segundo Kosto, é difícil afirmar a posição de Ricardo como um refém. Kosto chama a atenção para a grande diferença ressaltada nas fontes entre reféns e cativos, onde reféns seriam comumente concedidos, mesmo que forçadamente, enquanto cativos seriam capturados contra sua vontade pelo uso da força (KOSTO, 2012). Se observarmos o relato de Dudo (Dudo de Saint Quentin, *De moribus et actis primorum normanniae ducum*, 54-56) e posteriormente de Jumièges é possível notar que a palavra refém não é utilizada, mas sim termos relacionados com cativo e prisioneiro como *captionis*, *captum* e *captivitatatis* (Guilherme de Jumièges, *Gesta Normannorum Ducum*, 46-52).

A função de Ricardo em Laon então se altera de um jovem aristocrata trazido para reforçar seus laços e alianças com o poder carolíngio para a de um prisioneiro, mantido contra sua vontade enquanto o rei lutava para retomar a Normandia para seu domínio efetivo. Sua posição assim é diferente, por exemplo, da do filho de Luís IV e dos bispos Hildegar de Beauvais e Guido de Soissons, entregues como reféns (*obsides*) para a libertação do rei após a captura (*captum*) deste pelos normandos posteriormente (Dudo de Saint Quentin, *De moribus et actis primorum normanniae ducum*, 63-64). Como no caso anterior é buscada uma diferenciação entre a situação de Luis, um cativo capturado e aprisionado, e de seu filho e dos bispos, reféns entregues voluntariamente a fim de garantir o cumprimento de um acordo entre as partes.

Se Ricardo foi trazido inicialmente para Laon para reforçar os laços entre a casa normanda e a carolíngia, o resultado final foi desastroso. De muitas formas o cativo Ricardo e a guerra com Luis marcam um rompimento em definitivo com a realeza carolíngia. Uma aliança que havia sido de grande importância e reciprocidade durante o governo de Rollo e Guilherme, em especial durante o reinado de Raul I.

Para alguns autores como Bates, esta situação levaria a um afastamento de Ricardo da geopolítica franca, que preferiria se concentrar em assuntos internos dentro de seus próprios domínios e em alianças com os escandinavos (Bates, 1994). Assim, Ricardo se afastaria da esfera franca em função do contexto escandinavo, tanto se referindo a negociações com nórdicos que ele intenta trazer para seu domínio na Baixa Normandia, quanto com nórdicos que vinham do além-mar.

Não parece ser inteiramente correto perceber a política de Ricardo como de afastamento do mundo franco. É mais certo falarmos de um afastamento da corte carolíngia. Pois seria no governo de Ricardo que a Normandia conseguirá outro importante aliado no contexto franco, os capetíngios.

Como o próprio Dudo conta, como consequência dos acontecimentos do início do governo de Ricardo, Hugo o grande (898-956) procura construir uma aliança com Ricardo e com os normandos, inclusive concedendo sua filha, Emma de Paris, em casamento a Ricardo (Dudo de Saint Quentin, *De moribus et actis primorum normanniae ducum*, 72-73). Como pode ser mais bem percebido na crônica de Jumièges, que continua a narrativa após a morte de Ricardo, esta aliança entre normandos e capetíngios se mostra de grande importância e bastante proveitosa para as duas famílias. Os normandos obtêm um aliado poderoso no mundo franco e os capetíngios conseguem um de seus mais importantes e próximos vassalos que os apoiaram no governo de seu reino após tomarem a coroa dos carolíngios. Esta importante aliança se manteria até o governo de Guilherme II da Normandia (1028-1087), o conquistador (Breese, 1977).

Uma ação feita, a princípio, para reforçar os laços existentes entre os carolíngios e a casa de Rouen acaba tendo o efeito contrário. Porém, isto não leva a um afastamento da esfera franca como um todo, muito pelo contrário leva Ricardo a repensar sua posição dentro do contexto franco e buscar novas opções de alianças e de posicionamento político. Se observamos uma política favorável aos carolíngios e de intervencionismo na esfera franca por parte de

Guilherme, iremos observar uma política não tão direta militarmente fora de seus domínios e de aproximação com os capetíngios no governo de Ricardo.

A atitude de Luís IV pode ser entendida como parte da campanha da dinastia carolíngia para retomar o controle sob a região norte de seu reino. Segundo Davy Gilduin teria sido por esse mesmo motivo que Carlos III teria feito a concessão de terras a Rollo em 911 (Gilduin, 2020). Dessa forma o mesmo objetivo que levou ao início da aliança entre a dinastia de Rouen e os carolíngios levaria ao rompimento desta relação e a construção de uma aliança entre normandos e capetíngios.

Considerações Finais

Como foi possível observar ao longo deste artigo, a dinastia normanda de Rouen esteve conectada a duas esferas socioculturais e geopolíticas: o mundo nórdico e o mundo franco. Dentro desta lógica a Normandia é construída e se desenvolve como um importante ponto de intersecção entre estas duas esferas, o que leva a um intenso debate sobre a identidade normanda e a verdadeira natureza desta Normandia franco-escandinava.

Para além do debate a respeito da essência deste povo normando, é inegável que os primeiros soberanos da dinastia normanda procuraram criar alianças e forjar laços tanto com outros principados francos como com lideranças escandinavas. Essa política de conexões com estas duas esferas permite a Normandia exercer influência e atuar nestas duas esferas de poder.

Neste artigo analisamos dois casos específicos que representam esta política normanda de construção de alianças, um no contexto escandinavo e outro no mundo carolíngio. Intentamos dessa forma esclarecer como ocorria essa política de criação de laços e alianças por parte dos normandos com francos e escandinavos e como se dava essa atuação política da dinastia normanda nesses dois contextos.

No primeiro caso, Guilherme enviou seu filho Ricardo para ser educado em Bayeux numa tentativa de reforçar seus laços e alianças com os nórdicos da região de Bessin e Cotentin.

Como foi dito anteriormente, para autores como Crouch, estas alianças de Guilherme criadas em sua campanha na Baixa Normandia não lhe garantiram um controle efetivo da região que somente começa a ser realmente submetida à Rouen no governo de Ricardo, graças ao seu uso da estrutura hierárquica franca e das instituições eclesiásticas (Crouch, 2002).

Porém, o significado e valor destas alianças de Guilherme e Ricardo com os escandinavos da Baixa Normandia, reforçados pela estadia de Ricardo em Bayeux, não podem ser subestimados. Afinal, é baseado nestes laços de parentesco que os escandinavos concedem o apoio necessário a essa Normandia para derrotar Luís IV e capturá-lo, permitindo a continuidade da dinastia de Rouen e exercendo grande influência no próprio quadro político carolíngio.

Por sua vez a passagem de Ricardo em Laon, que deveria ter como objetivo reforçar os laços e a ligação entre o monarca carolíngio e a casa de Rouen, acaba por ter um resultado oposto por conta da própria mudança da posição de Ricardo na corte de um jovem aristocrata estudando sobre a guarda de Luís para a de um cativo mantido em Laon contra sua vontade. Este fato não somente levaria a um rompimento das relações entre carolíngios e normandos como conduziria a dinastia de Rouen a forjar uma importante aliança com a dinastia capetíngia que destronaria, durante o próprio governo de Ricardo na Normandia, a Casa Real carolíngia.

Por duas vezes a pessoa de Ricardo foi utilizada como uma ferramenta política para o estabelecimento de alianças em dois contextos políticos diferentes e com Ricardo exercendo um papel específico em ambos os casos, o de parente ou o de cativo. Uma situação que reflete a realidade normanda do período, de envolvimento na esfera nórdica e na esfera franca fazendo uso de instituições e ferramentas políticas diversas em ambos os contextos, conduzindo a relações e conexões que teriam um efeito direto não somente na Normandia, mas também nas próprias esferas escandinava e franca.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias

DUDO DE SAINT-QUENTIN. *De moribus et actis primorum Normanniæ ducum*. Editado por Jules Lair. Mémoires de la Société des Antiquaires de Normandie, 23, 1865.

FLODOARDO DE REIMS. *Anais*. Editado por Philippe Lauer. Paris: A. Picard, 1905.

GUILHERME DE JUMIÈGES. *Gesta Normannorum Ducum*. Editado por Jean Marx. Rouen: A. Lestringant, 1914.

Fontes Secundárias

ABRAMS, Lesley "Diaspora and identity in the Viking Age". *Early Medieval Europe*, 2012, 20, p. 17-38

ABRAMS, Lesley. "Early Normandy". *Anglo-Norman Studies XXXV: Proceedings of the Battle Conference 2012, 2013*, 35, p. 45-64.

ABRAMS, Lesley. "England, Normandy and Scandinavia". In: HARPER-BILL, Cristopher (Ed); HOUTS, Elisabeth Van (Ed). *A companion to the Anglo-Norman World*. Woodbridge: The Boydell Press, 2002, p.43-63.

AMORY, Frederick. "dönsk tunga in early medieval Normandy: a note". *American, indian and indoeuropean studies*, 1980, p. 277-289.

- BAUDUIN, Pierre. *La première Normandie (Xe-XIe siècles): sur les frontières de la haute Normandie: identité et construction d'une principauté*. Caen: Presses Universitaires de Caen, 2004.
- BATES, David. *Normandy before 1066*. London: Longman, 1982.
- BATES, David. "The rise and fall of Normandy, c. 911-1204". In: *England and Normandy in the Middle Ages*. London: Hambledon Press, 1994, p. 19-36.
- BOUET, Pierre. "Le duc Richard I selon Dudon de Saint-Quentin et Guillaume de Jumieges". *Annales de Normandie*. 2014, 64, p. 15-37.
- BREESE, Lauren Wood. "The Persistence of Scandinavian Connections in Normandy in the Tenth and Early Eleventh Centuries". *Viator*, 1977, 8, p.47-61.
- BOUCHARD, Constance Brittain. *Those of My Blood: Creating Noble Families in Medieval Francia*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2001.
- CROUCH, David. *The normans: The History of a Dynasty*. London: Hambledon Press, 2002.
- KOSTO, Adam.J. *Hostages in the Middle Ages*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- DAVY, Gilduin. "Pro tutela regni : revisiting a royal diploma from 918 on the birth of Normandy and the first 'ducal' laws". *Early Medieval Europe*, 2020, 28, p.79-103.
- HOUTS, Elisabeth. "The Gesta Normannorum Ducum: a history without an end". In: BROWN, Allen (Ed). *Anglo-Norman Studies III: Proceedings of the Battle Conference*. Woodbridge: Boydell & Brewer, 1981, pp. 106-115.

- INNES, Matthew. A Place of Discipline: Carolingian Courts and Aristocratic Youth. *Studies in the Early Middle Ages*, 2003, 3, p. 59-76..
- KOSTO, Adam. J. "Hostages in the carolingian world". *Early Medieval Europe (714-840)*, 2002, 11, p. 123-147.
- LE JAN, Régine. *Famille et pouvoir dans le monde franc (VIIe-Xe siècle): essai d'anthropologie sociale*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1995.
- MAZER-HARHOFF, Laurent. "The incursion of the vikings into the natural and cultural landscape of Upper Normandy". In: KISÆØE, Iben Skibsted (Ed). *Viking Trade and Settlement in Continental Western Europe*. Copenhagen: Museum Tusulanum Press, p.81-122.
- MCNAIR, Fraser. "The politics of being Norman in the reign of Richard the Fearless, Duke of Normandy (r. 942-996)". *Early Medieval Europe*, 2015, 23, p. 308-328.
- MILLER, William Ian. *Bloodtaking and Peacemaking: Feud, Law and Society in Saga Iceland*. Chicago: University of Chicago Press, 2009.
- MUSSET, Lucien. "Essai sur Le peuplement de la Normandie". *Les mondes normands (VIIIe - XIIe siècles): actes du deuxième Congrès international d'archéologie médiévale*, 1989, p.97-102.
- MUSSET, Lucien. "Relations et échanges d'influence dans l'Europe du Nord-Ouest (Xe-XIe siècles)". *Cahiers de Civilisation Médiévale : Xe-XIIe siècles*, 1958, 1, p.63-82.
- OLSSON, Stefan. *The Hostages of the Northmen: From the Viking Age to the Middle Ages*. Estocolmo: Stockholm University Pres, 2019.
- POHL, Benjamin. *"Dudo of Saint-Quentin's Historia Normannorum: Tradition, Innovation and Memory"*. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2015.

- RIDEL, Élisabeth. "A-t-on vraiment parlé la « langue danoise » à Bayeux vers 940 ? Une relecture de Dudon de Saint-Quentin ". *Cahier des Annales de Normandie*, 2002, 32, p. 135-143.
- RIX, Robert. *The Barbarian North in Medieval Imagination: Ethnicity, Legend, and Literature*. New York: Routledge, 2015.
- ROESDAHL, Else. "What may we expect? On the problem of vikings and archaeology in Normandy". In: FLAMBARD HÉRICHER, Anne-Marie (Ed). *La progression des vikings, dès raids à la colonisation*. Rouen: Université de Rouen, 2003, p. 207-2013.
- SEARLE, Eleanor. *Predatory kinship and the creation of Norman Power, 840-1066*. Oakland: Univ of California, 1988.
- VOGT, Helle. *The function of Kinship in Medieval Nordic Legislation*. Leiden: Brill, 2010.